

MICROSCÓPIO

(Especial para o "Correio do Povo")

Por grande e expressiva maioria, o Congresso Nacional aceitou o veto presidencial ao projeto de lei que federalizava a Faculdade de Direito de Goiás. Desconheço as razões do veto, mas a esmagadora votação recebida, além de outras considerações, me convencem de que acertado andou o sr. Presidente da Republica, assim procedendo.

Este episódio, porém, me abre ensejo a que, mais uma vez, demonstre o absurdo do regime presidencial, absurdo tanto maior, quanto mais se timbra em praticar rigorosamente o sistema. Um representante da nação apresenta um projeto relativo a um dos mais importantes serviços públicos, no caso o ensino superior; tal projeto transita por varias comissões, tanto no Senado, como na Camara, é, por fim, senão discutido, pelo menos aprovado por ambas as casas do Congresso; e a todas essas o Governo calado, como se nada visse, nem ouvisse, apesar de lhe interessar diretamente a causa, por se tratar de um caso de administração publica. Mudo e quedo se mantém, pois, o Governo. Mudo e quedo, para que? Para ao cabo de um ano, ou mais, de lenta e laboriosa gestação legislativa, que tomou o lugar a outros projetos talvez mais uteis e acertados, sair do seu silencio e vir solenemente dizer ao Congresso estar errado quanto se fizera e ser necessario desmanchá-lo! Mas, se estava errado, por que o, não dizer antes, por que não apresentar de começo as sólidas razões articuladas a final? Em obediencia ao regime não de dizer. Perfeitamente; em obediencia ao regime. Mas um regime, que a tais cousas obriga, não passa da sistematização do absurdo, quer o queiram, quer o não queiram os presidencialistas.

Praia da Cidreira, 10—2—49.

RAUL PILLA

16 U. 49